

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.260 - RS (2019/0297142-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : FERNANDO DA SILVA CARDOSO
ADVOGADO : FERNANDO DA SILVA CARDOSO - RS106664
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PACIENTE : PEDRO JAQUES DE JESUS LEANDRO (PRESO)
PACIENTE : CLODOALDO ANTUNES REQUELME (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de PEDRO JAQUES DE JESUS LEANDRO e CLODOALDO ANTUNES REQUELME contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4.^a Região proferido no HC n.º 5033291-87.2019.4.04.0000.

Consta dos autos que os Pacientes foram presos em flagrante, em **29/11/2018**, no âmbito da denominada "*Operação Planum*", pela suposta prática dos crimes de tráfico internacional de drogas, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

A Defesa formulou pedido de revogação da prisão preventiva ao Juízo de primeira instância, por alegado excesso de prazo, o que foi indeferido.

Diante disso, impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa (fl. 322):

"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO PLANUM. CRIMES DE TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS. CRIME DE LAVAGEM DE BENS, DIREITOS OU VALORES. PRESENÇA DOS REQUISITOS ENSEJADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR. RESGUARDO DA ORDEM PÚBLICA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA.

1- Considerando o preenchimento dos requisitos legais (prova da existência do crime e indícios suficientes da autoria, os quais foram confirmados pelo recebimento da denúncia) e a existência de elementos suficientes e concretos a configurar a decretação da prisão preventiva, consistentes na garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e aplicação da lei penal, conclui-se pela manutenção da custódia cautelar.

2- A Operação PLANUM trata de diversos fatos delituosos e pessoas denunciadas, sendo que, nessas hipóteses, a jurisprudência vem relativizando a alegação de excesso de prazo, principalmente quando estão sendo adotadas todas as providências tendentes à conclusão da

Superior Tribunal de Justiça

instrução probatória, com a posterior prolação da sentença. Registre-se que a denúncia foi recebida em 28/05/2019, o que torna prejudicada a alegação defensiva de excesso de prazo. Precedentes.

3- Considerando a indispensabilidade do recolhimento cautelar dos pacientes, conclui-se que a substituição deste por medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal não teria o condão de garantir a ordem pública, a conveniência da instrução criminal e a aplicação da lei penal.

4- Habeas corpus denegado."

Neste writ, o Impetrante alega, em suma, excesso de prazo para a formação da culpa.

Aduz que *"o excesso de prazo na formação da culpa, sem contribuição da defesa para o atraso, enseja inequívoco constrangimento ilegal aos pacientes, recolhido desde a decretação de suas prisões preventivas"* (fl. 6).

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação ou o relaxamento da prisão preventiva dos Pacientes. Alternativamente, pugna pela aplicação de medidas cautelares diversas.

É o relatório inicial. Decido.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, notadamente porque o Tribunal de origem, no acórdão impugnado, ressaltou que o alegado excesso de prazo foi *"plenamente justificado nas informações"* (fl. 320), nas quais se destacou a complexidade do feito, com elevado número de réus presos (fls. 272-279), de forma que não se verifica, *primo ictu oculi*, demora injustificada, tampouco desídia estatal na condução do feito.

Como se sabe, a orientação consolidada do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que *"[a] questão do excesso de prazo na formação da culpa não se esgota na simples verificação aritmética dos prazos previstos na lei processual, devendo ser analisada à luz do princípio da razoabilidade, segundo as circunstâncias detalhadas de cada caso concreto"* (HC 398.067/BA, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 23/06/2017).

Assim, a espécie em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação

Superior Tribunal de Justiça

configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Requisitem-se informações do Juízo de primeira instância, para que esclareça sobre o alegado excesso de prazo na formação da culpa, solicitando-lhe, ainda, chave de acesso às informações processuais.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

